



ENCONTRO  
COM A CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA  
EM PORTUGAL

16 a 18 MAIO 2022  
#ciencia2022PT

# CONSELHO dos LABORATÓRIOS ASSOCIADOS (CLA)

*João Rocha*

*Coordenador Comissão Executiva  
(CICECO - Aveiro Institute of Materials)*

## **Objetivo diferenciador**

*Apoiar os Governos na definição dos programas e instrumentos da política científica e tecnológica nacional que permitam enfrentar os desafios científicos, sociais, ambientais e económicos*

- Primeiros LA criados em 2001
- CLA: início de atividade em 2003

- **2021**

40 LA (14 novos) que integram:

- 100 unidades de investigação (83% LA 1 – 3)

- 9360 investigadores

(média 234/LA, intervalo 89 – 569)

- Secretário do CLA:
  - início até 2005
  - até 2016 – Alexandre Quintanilha
  - 2016-2018 – Carlos Salema + José M. Mendonça
- Coordenador da Comissão Instaladora: João Rocha
  - abril 2021 a novembro 2021
- Coordenador do Conselho Executivo: João Rocha
  - eleito em 16 de dezembro 2021 (2022-2024)

# Reorganização do CLA

- Regulamento de Organização e Funcionamento
- Comissão Executiva

*(J. Rocha+) Coordenadores/as Adjuntos/as*

Karin Wall: ICS – Instituto de Ciências Sociais (Univ. Lisboa)



Luís Almeida: CIBB – Centro de Inovação em Biomedicina e Biotecnologia (Univ. Coimbra)



Pedro Camanho: LAETA – Laboratório Associado em Energia, Transportes e Aeroespacial (FEUP, Univ. Porto)



Teresa Ferreira: TERRA – Lab para a Sustentabilidade do Uso da Terra e dos Serviços dos Ecossistemas (ISA, Univ. Lisboa)



## - Conselho Estratégico (11)

*Comissão Executiva mais os seguintes membros:*

**Cristina Máguas: CHANGE** – Instituto para as Alterações Globais e Sustentabilidade (FCUL, Univ. Lisboa)

**Inês Cardoso Pereira: LS4FUTURE** – Ciências da Vida para um Futuro Saudável e Sustentável (Univ. Nova Lisboa)

**José Santos-Victor: LARSyS** – Laboratório de Robótica e Sistemas de Engenharia (IST, Univ. Lisboa)

**Maria Manuel Mota: IMM** – Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes (Univ. Lisboa)

**Nuno Ferrand de Almeida: InBIO** – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva (FCUP, Univ. Porto)

**Rui Reis: ICVS/3B's** – CVS/3B's – Instituto de Ciências da Vida e da Saúde/ Grupo de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos (Univ. Minho)

# Webpage do CLA: <http://cla.org.pt>

cla | \_\_\_\_\_

[SOBRE](#) [MEMBROS](#) [DOCUMENTOS](#) [LINKS](#) [NOTÍCIAS](#) 

PELO DESENVOLVIMENTO FUTURO  
DA **CIÊNCIA** E DA **TECNOLOGIA** EM PORTUGAL.

---



# Organização e participação em eventos



*Laboratórios Associados: O Desafio do Financiamento Europeu*



*Research Assessment – old and new challenges*

*O CLA e os Desafios dos LA até 2030*



*Science for policy making in Portugal*  
Plenary Round Table

*25 Anos da FCT – participação em várias sessões*

*Organização de ação de formação e capacitação dos pontos de contacto nacionais (rede Perin)*



# Bolsas Excepcionais Para Mitigação de Impactos da COVID -19 nas Atividades de Investigação

CLA integra a comissão de Análise de Bolsas:

- Coordenadores Amadeu Soares (CESAM, Univ Aveiro) e João de Pina-Cabral (ICS, Univ. Lisboa)
- Já decididas 2036 candidaturas
- Largas dezenas de avaliadores CLA (a título gracioso)

## Dez desafios essenciais na ciência e tecnologia até 2030

### Opinião

Após três décadas de um progresso notável, o sistema nacional de ciência e tecnologia (SNCT) português vive um momento decisivo. O desenvolvimento da ciência, em todas as áreas do saber, deve assumir um caráter central nas políticas dos governos, permitindo a Portugal posicionar-se com solidez na sociedade global do conhecimento. O Conselho dos Laboratórios Associados (CLA) reconhece o mérito de iniciativas governamentais como a recente Resolução do Conselho de Ministros n.º 186/2021, que explicita a orientação estratégica para que a despesa em investigação e desenvolvimento atinja 3% do PIB em 2030, face aos 1,62% de 2020. Contudo, o CLA considera que o salto qualitativo do SNCT só será possível se até 2030 os governos e a comunidade científica encontrarem soluções sustentáveis para os seguintes problemas estruturais.

**1. A necessidade de clarificar os desígnios do SNCT.** É essencial alcançar um equilíbrio judicioso entre o financiamento público de atividades motivadas pela sociedade e as resultantes da procura do conhecimento fundamental. Ambas contribuem para a formação de recursos humanos altamente qualificados. Carecem, também, de efetiva clarificação o papel reservado às instituições de tipologia variada que convivem no complexo mosaico que é hoje o SNCT e a medida em que estas se diferenciam entre si.

**2. A fragilidade do diálogo ciência-decisores políticos, ciência-sociedade.** Sem persistência na formação de uma cultura de proximidade e solidariedade entre cientistas e não cientistas, entre cientistas e decisores políticos na sociedade portuguesa, o desenvolvimento da ciência e do país estará sempre ameaçado de retrocesso. As estratégias e ações dos decisores políticos não são, frequentemente, definidas com base no melhor conhecimento científico e tecnológico disponível.

**3. O subfinanciamento do SNCT.** O forte crescimento do SNCT verificado nos últimos anos não tem sido acompanhado pelo correspondente aumento do

financiamento público, que é insuficiente e um dos mais baixos da Europa (1). Por exemplo, o estatuto de Laboratório Associado (LA) foi no ano passado conferido a 40 instituições, mais dez do que a expansão anunciada inicialmente. Mas, em vez da ampliação do investimento, distribuíram-se os fundos disponíveis por um universo muito maior, recebendo alguns LA um valor insignificante, que não permite a realização das atividades propostas.

**4. A imprevisibilidade do financiamento das instituições de investigação.** O financiamento continua a ter imprevisibilidade, principalmente ao nível plurianual, dificultando às instituições a planificação das atividades e a boa gestão dos fundos públicos.

**5. A falta de condições materiais e imateriais das instituições de investigação.** A política científica não tem considerado devidamente um amplo leque de condições necessárias para viabilizar a investigação e o desenvolvimento das carreiras, nomeadamente programas de financiamento de infraestruturas ou de projetos de investigação (com taxas de sucesso significativas), espaços físicos, laboratórios, equipamentos, campos agrícolas experimentais, etc.

**6. A vulnerabilidade do emprego científico e das carreiras científicas e de gestão de ciência e tecnologia.** A política científica tem vindo a privilegiar medidas com foco na contratação de investigadores. Não discutindo a justeza de tais políticas e a necessidade de dignificar as carreiras científicas, as soluções encontradas geram preocupação, nomeadamente pelas baixas taxas de sucesso, que chegam a excluir mais de 90% dos investigadores a concurso. Por outro lado, não atribuem às instituições os recursos complementares para desenvolverem sustentadamente essas políticas.

**7. A clarificação da ligação entre as carreiras académicas e de investigação.** É importante decidir sobre a flexibilização (ou não) da transição entre ambas as carreiras, e sobretudo o papel de cada uma no SNCT. Neste contexto, é essencial atualizar e harmonizar os Estatutos da Carreira Docente Universitária, da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, e da Carreira



de Investigação Científica.

**8. O aproveitamento do potencial de internacionalização do SNCT.** Deve promover-se um melhor aproveitamento deste potencial, que tem dado visibilidade ao país e permitido obter financiamentos consideráveis, em particular através do Programa Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia. Por exemplo, devem remover-se os entraves que a legislação nacional coloca à contratação de docentes, estudantes de pós-graduação e investigadores internacionais.

**9. A qualidade dos processos de avaliação.** É forçoso ajustar os processos de avaliação de instituições, projetos e pessoas, mantendo o seu caráter aberto, transparente e competitivo, procedendo à atualização das áreas

temáticas dos painéis de avaliação, e assegurando o recurso a avaliadores com *curriculum científico* robusto nessas áreas. Deve ser objetiva e transparente a relação entre os resultados da avaliação das instituições e os respetivos financiamentos.

**10. A desburocratização do SNCT.** Importa criar procedimentos mais simples e adequados à natureza da atividade científica e tecnológica, como um passo para o progresso e para melhorar a capacidade de execução dos financiamentos. As despesas da atividade científica, em particular das unidades de investigação e dos LA, devem ser consideradas válidas para restituição de IVA, alargando o âmbito da medida implementada em 2019, mas em vigor apenas para algumas categorias de despesa.

O CLA, enquanto órgão colegial que reúne os 40 LA e integra quase 9500 investigadores, manifesta a sua total disponibilidade e empenho para colaborar na definição e implementação de políticas públicas que reforcem a qualidade e competitividade do SNCT, assim contribuindo para o desenvolvimento e progresso da sociedade como um todo.

(1) Em 2020, o Estado gastou em I&D o equivalente a 71 euros por pessoa; a média europeia foi de 225 euros (Eurostat).

**João Rocha** (coordenador da comissão científica do Conselho dos Laboratórios Associados; CICECO — Instituto

de Materiais de Aveiro);

**Karin Wall** (coordenadora adjunta da comissão executiva do

Conselho dos Laboratórios Associados; ICS — Instituto de Ciências Sociais);

**Luís Almeida** (coordenador adjunto da comissão executiva do Conselho dos Laboratórios Associados; CIBB — Centro de Inovação em Biomedicina e Biotecnologia);

**Pedro Camanho** (coordenador adjunto da comissão executiva do Conselho dos Laboratórios Associados; LAETA — Laboratório Associado em Energia, Transportes e Aeroespacial);

**Teresa Ferreira** (coordenadora adjunta da comissão executiva do Conselho dos Laboratórios Associados; TERRA — Laboratório para a Sustentabilidade do Uso da Terra e dos Serviços dos Ecossistemas)

**“O financiamento continua a ter imprevisibilidade, principalmente ao nível plurianual, dificultando às instituições a planificação das atividades e a boa gestão dos fundos públicos”**

# Análise e emissão de pareceres sobre documentos estratégicos, políticos ou legislativos

## Exemplo (on-line na webpage CLA)

*Comentário do CLA ao Regulamento de Avaliação e Financiamento Plurianual de Unidades I&D  
Março 2022*

# Futuro próximo

## **Alguns desafios prementes** (ver artigo Público)

- Financiamento insignificante de (alguns) LA impede cumprimento das suas missões
- Próxima avaliação de LA e UI desacoplada (questões relativas a regulamento, painéis, etc.)

## **Organização de grupos de trabalho CLA**

sobre temas estruturantes da ciência e gestão científica em Portugal (produção de documentos de posição), e.g.:

- Carreiras científicas (competitivas, sustentáveis e justas)
- Revisão do ECDU / ECIC (modelo concetual)
- Projectos de investigação (periodicidade, regras de acesso, painéis, critérios)
- Avaliação de pessoas e instituições